

1 Contexto operacional

A Marcopolo S.A. ("Marcopolo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

A Marcopolo tem por objeto a fabricação e comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, peças, máquinas agrícolas e industriais, importação e exportação, podendo ainda participar de outras sociedades.

As ações da Marcopolo, sob a sigla "POMO3" e "POMO4" são negociadas na bolsa de valores de São Paulo – BM&FBOVESPA.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras trimestrais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais incluem:

- As informações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras individuais. Assim sendo, as informações financeiras consolidadas da Companhia e as informações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações financeiras.

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou as normas IFRS 10/CPC 36 (R3) – “Demonstrações financeiras consolidadas”, IFRS 11/CPC 19 (R2) – “Negócios em conjunto” (nota 2.2.1) e IFRS 12/CPC 45 – “Divulgações de participações em outras entidades”. Conforme determinação das respectivas IFRS, seus efeitos devem ser refletidos no início do período mais antigo apresentado. Desta forma, os valores comparativos apresentados nesta demonstrações financeira intermediária, foram ajustados em relação a aqueles divulgados anteriormente.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – provisões;
- Nota 17 – plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados; e
- Nota 18 – imposto de renda e contribuição social.

(d) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC – 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.2 Base de consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício (Nota 2.11).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Investimentos em empresas com negócios em conjunto (*joint venture – joint operation*)

Negócios em conjunto podem ser classificados como uma operação em conjunto (*joint operation*) ou um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*).

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional).

Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é um negócio em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial (nota 2.2.1).

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

(iv) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.1 Alterações pela adoção das IFRS 10 e 11 (CPC 36- R3 e CPC 19 – R2)

a) IFRS 10/CPC 36 R3 – Demonstrações financeiras consolidadas

Com a aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10/CPC 36 R3 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, amplia o conceito de Controle levando em consideração o poder e os retornos que um participante possui sobre um investimento. Neste contexto, um cenário de participação acionária com direitos de voto é analisado em conjunto com direitos substantivos que possam dar poder sobre as atividades relevantes da investida. Se caracterizado o controle, a controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e as transações com participações não controladoras, como transações com proprietários de ativos do Grupo, são apresentadas dentro do patrimônio líquido como “participação de acionistas não controladores”. A Companhia não teve alterações com a adoção do IFRS 10.

b) IFRS 11/CPC 19 R2 – Negócios em conjunto

Com aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 11/CPC 19 R2 – “Negócios em conjunto” provê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal prevendo dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que normalmente ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional); e (ii) empreendimento controlado em conjunto – ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. Neste caso a consolidação proporcional não é mais permitida.

Com base na nova norma mencionada acima, a Companhia realizou uma avaliação dos seus negócios em conjunto, reclassificando-os para empreendimentos controlados em conjunto. Assim esses negócios em conjunto passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deixando de serem avaliados com base na consolidação proporcional.

Com isso, os valores comparativos divulgados, referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012, deixam de refletir a consolidação proporcional das suas controladas em conjunto, compostas pelas empresas: San Marino Ônibus e Implementos Ltda., San Marino Bus de México S.A. de C.V., Rotas do Sul Logística Ltda., FCO Participações Indústria e Comércio de Componentes Ltda., GB Polo Bus Manufacturing S.A.E., Loma Hermosa S.A., Metalpar S.A., Metalsur Carrocerias S.R.L., Marcopolo Argentina S.A., Superpolo S.A., Hanegas S.A.S., Tata Marcopolo Motors Limited.

Seguem os efeitos nas demonstrações financeiras originalmente publicadas pela Companhia e das demonstrações financeiras ajustadas com a aplicação do IFRS 11 para fins comparativos:

Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado		
	31/12/12		
	Balanço publicado	Ajuste IFRS 11/CPC 19/R2	Balanço ajustado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	393.945	(19.726)	374.219
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	132.167	(327)	131.840
Instrumentos financeiros derivativos	3.523	(77)	3.446
Créditos	1.127.115	(57.791)	1.069.324
Estoques	409.502	(44.973)	364.529
Outras contas a receber	170.598	(26.628)	143.970
	2.236.850	(149.522)	2.087.328
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos	471.964	(729)	471.235
Outras contas a receber	88.308	14.131	102.439
Investimentos	39.198	116.756	155.954
Imobilizado	454.915	(156.107)	298.808
Ágio e intangível	220.840	(7.181)	213.659
	1.275.225	(33.130)	1.242.095
Total do ativo	3.512.075	(182.652)	3.329.423

	Consolidado		
	31/12/12		
	Balanco publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Balanco ajustado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	382.264	(48.833)	333.431
Empréstimos e financiamentos	757.412	(34.944)	722.468
Instrumentos financeiros derivativos	247	-	247
Outras contas a pagar	356.856	(39.117)	317.739
	<u>1.496.779</u>	<u>(122.894)</u>	<u>1.373.885</u>
Não circulante			
Instituições financeiras	583.316	(55.319)	527.997
Outras contas a pagar	119.536	(4.439)	115.097
	<u>702.852</u>	<u>(59.758)</u>	<u>643.094</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>12.519</u>	<u>-</u>	<u>12.519</u>
Patrimônio líquido	<u>1.299.925</u>	<u>-</u>	<u>1.299.925</u>
Total do passivo	<u>3.512.075</u>	<u>(182.652)</u>	<u>3.329.423</u>

Conciliação da demonstração do resultado findo em 30 de setembro de 2012.

	Consolidado		
	30/09/12		
	Resultado publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Resultado ajustado
Demonstrativo de resultado			
Receita líquida	2.755.933	(356.130)	2.399.803
Custo dos produtos vendidos	(2.207.101)	288.485	(1.918.616)
Lucro bruto	<u>548.832</u>	<u>(67.645)</u>	<u>481.187</u>
Despesas (receitas) operacionais			
Com vendas	(150.088)	18.875	(131.213)
Despesas de administração	(124.571)	15.735	(108.836)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.277)	1.569	(4.708)
Resultado da equivalência patrimonial	<u>6.999</u>	<u>19.033</u>	<u>26.032</u>
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	<u>274.895</u>	<u>(12.433)</u>	<u>262.462</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	170.176	(6.494)	163.682
Despesas financeiras	<u>(146.706)</u>	<u>11.944</u>	<u>(134.762)</u>
Lucro antes do IR e CS	<u>298.365</u>	<u>(6.983)</u>	<u>291.382</u>
Imposto renda e contribuição social	<u>(90.144)</u>	<u>6.983</u>	<u>(83.161)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>208.221</u>	<u>-</u>	<u>208.221</u>

Conciliação da demonstração do fluxo de caixa findo em 30 de setembro de 2012.

	Consolidado		
	30/09/12		
	Fluxo de caixa publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	Fluxo de caixa ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período	208.221	-	208.221
Ajustes conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	34.548	(7.276)	27.272
Custo na venda de ativos permanentes	1.258	(1.104)	154
Equivalência patrimonial	(6.999)	(19.033)	(26.032)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.595	422	6.017
Imposto de renda e Contribuição Social corrente e diferido	90.144	(6.983)	83.161
Juros e variações apropriados	38.639	(3.552)	35.087
Participações dos não controladores	963	-	963
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução contas a receber de clientes	(79.882)	(14.140)	(94.022)
(Aumento) redução nos estoques	(70.427)	(4.668)	(75.095)
(Aumento) redução outras contas a receber	(102.025)	(8.862)	(110.887)
(Aumento) redução títulos e valores mobiliários	(14.945)	(1.410)	(16.355)
Aumento (redução) fornecedores	40.673	7.675	48.348
Aumento (redução) contas a pagar	89.081	2.353	91.434
Caixa gerado nas atividades operacionais	234.844	(56.578)	178.266
Imposto de renda pagos	(76.311)	8.322	(67.989)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	158.533	(48.256)	110.277
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos de subsidiárias	4.100	13.507	17.607
Compras do permanente	(212.279)	18.755	(193.524)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	1.028	-	1.028
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(207.151)	32.262	(174.889)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Ganho na alienação de ações em tesouraria	5.266	-	5.266
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(153.167)	-	(153.167)
Captação de empréstimos e financiamentos	321.388	(53.486)	267.902
Pagamento de empréstimos e juros	(645.056)	62.452	(582.604)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(471.569)	8.966	(462.603)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.904	(658)	1.246
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(518.283)	(7.686)	(525.969)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	904.318	(16.821)	887.497
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	386.035	(24.507)	361.528

Conciliação da demonstração do valor adicionado findo em 30 de setembro de 2012.

	Consolidado		
	30/09/12		
	DVA publicado	Ajuste IFRS 11/ CPC 19/R2	DVA ajustado
Receitas	3.209.664	(468.246)	2.741.418
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(2.243.054)	322.651	(1.920.403)
Valor adicionado bruto	966.610	(145.595)	821.015
Depreciações e amortizações	(34.548)	7.276	(27.272)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	932.062	(138.319)	793.743
Resultado de equivalência patrimonial	6.999	19.033	26.032
Receitas financeiras	170.176	(6.494)	163.682
Valor adicionado total a distribuir	1.109.237	(125.780)	983.457
Distribuição do valor adicionado	1.109.237	(125.780)	983.457
Pessoal	578.855	(68.694)	510.161
Impostos, taxas e contribuições	151.872	(38.104)	113.768
Remuneração de capital de terceiros	170.289	(18.982)	151.307
Lucros do período	208.221	-	208.221

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Marcopolo e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controladas	Denominação	Moeda Funcional	País
• Apolo Soluções em Plásticos Ltda	Apolo	Reais	Brasil
• Banco Moneo S.A.	Banco Moneo	Reais	Brasil
• Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.	Ciferal	Reais	Brasil
• Ilmot International Corporation.	Ilmot	Dólar	Uruguai
• Laureano S.A.	Laureano	Peso Argentino	Argentina
• Marcopolo Auto Components Co.	MAC	Remimbi	China
• Marcopolo Austrália Holdings PTY LTD.	MP Austrália	Dólar Australiano	Austrália
• Pologren Australia Holdings PTY LTD.	Pologren	Dólar Australiano	Austrália
• Volgren Australia PTY Limited.	Volgren	Dólar Australiano	Austrália
• Marcopolo Canada Holdings Corp.	MP Canadá	Dólar Canadense	Canadá
• Marcopolo Indústria de Carroçarias S.A.	MPC	Euro	Portugal
• Marcopolo International Corp.	MIC	Dólar	Ilhas Virgens
• Marcopolo Latinoamérica S.A.	Mapla	Peso Argentino	Argentina
• Marcopolo South África Pty Ltd.	Masa	Rand	África do Sul
• Marcopolo Trading S.A.	Trading	Reais	Brasil

• Moneo Investimentos S.A.	Moneo	Reais	Brasil
• Syncroparts Comércio e Distribuição de Peças Ltda.	Syncroparts	Reais	Brasil
• PoloAutoRus LLC.	PoloRus	Rublo	Rússia
• Polomex S.A. de C.V.	Polomex	Dólar	México
• Volare Veículos Ltda.	Volare Veículos	Reais	Brasil
• Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda.	Volare Comércio	Reais	Brasil

Empreendimentos controlados em conjunto	Denominação	Moeda Funcional	País
• FCO Participações Industria e Comércio de Componentes Ltda.	FCO	Reais	Brasil
• GB Polo Bus Manufacturing S.A.E.	GB Polo	Libra Egípcia	Egito
• Loma Hermosa S.A.	Loma	Peso Argentino	Argentina
• Metalpar S.A.	Metalpar	Peso Argentino	Argentina
• Metalsur Carrocerias S.R.L.	Metalsur	Peso Argentino	Argentina
• Marcopolo Argentina S.A.	Marsa	Peso Argentino	Argentina
• New Flyer Industries Inc.	New Flyer	Dólar Canadense	Canadá
• Rotas do Sul Logística Ltda.	Rotas do Sul	Reais	Brasil
• San Marino Bus de México S.A. de C.V.	San Marino México	Peso Mexicano	México
• San Marino Ônibus e Implementos Ltda.	San Marino	Reais	Brasil
• Superpolo S.A.	Superpolo	Peso Colombiano	Colômbia
• Hanegas S.A.S.	Hanegas	Peso Colombiano	Colômbia
• Tata Marcopolo Motors Limited.	TMML	Rupia	Índia

Coligadas	Denominação	Moeda Funcional	País
• Mercobus S.A.C.	Mercobus	Soles	Peru
• MVC Componentes Plásticos Ltda.	MVC	Reais	Brasil
• Poloplast Painéis e Componentes Ltda.	Painéis	Reais	Brasil
• Setbus Soluções Automotivas Ltda.	Setbus	Reais	Brasil
• Spheros Climatização do Brasil S.A.	Spheros	Reais	Brasil
• Spheros México S.A. de C.V.	Spheros México	Peso Mexicano	México
• Spheros Thermosystems Colombia Ltda.	Spheros Colômbia	Peso Colombiano	Colômbia
• WSul Espumas Indústria e Comércio Ltda.	Wsul	Reais	Brasil

(b) **Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas à moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

(c) **Empresas da Companhia**

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas e controladas em conjunto incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- (i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento

- das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- (iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda desses investimentos são reconhecidas no resultado abrangente. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou, seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem títulos da dívida.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores de ativos financeiros. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, os ganhos e perdas acumulados mantidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda compreendem títulos patrimoniais e títulos de dívida.

2.5.2 Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos incluindo algumas ações preferenciais, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.5.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(a) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio de resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo

é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

(c) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro disponível para venda está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(d) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.6 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "receitas (despesas) financeiras".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.10 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio na reserva de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	40-60
Máquinas	10-15
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.11 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 3 a 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- . a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- . o *software* pode ser vendido ou usado;
- . o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- . estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- . o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

(d) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a fabricação de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(e) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(f) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(g) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostos pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% da CDI mensal para clientes mercado interno e a taxa a mercado dos adiantamentos de contrato de câmbio para os clientes mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente; e
- Contas a pagar a fornecedores compostos por compra a prazo de fornecedores da Companhia. A Companhia realizou cálculo do valor presente utilizando as mesmas premissas utilizadas para contas a receber.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.16 Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 180 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no semestre, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.18 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de

desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.19 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em considerações o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de venda.

(a) Venda de ônibus

O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os carros tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os carros de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, e são descontadas ao valor presente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.21 Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Marcopolo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Marcopolo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

2.22 Normas, alterações e interpretações de normas

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor:

Foram emitidas interpretações e alterações das normas existentes e serão obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2014, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Na avaliação da administração não são relevantes para as operações atuais da Companhia, exceto pelas normas listadas a seguir, cujo impacto está sendo avaliado. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências chaves</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
Alterações ao IAS 32 e IFRS 7 (2011) - Novos	<p>As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros. Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação.</p> <p>As alterações esclarecem:</p> <ul style="list-style-type: none">o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (<i>currently has a legally enforceable right of set-off</i>); eque alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto pode ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. <p>As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e sua aplicação é requerida retrospectiva.</p> <p>As alterações são parte de projeto de compensação do IAS. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente <i>Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities (Amendments to IFRS 7)</i>, as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles:</p> <ul style="list-style-type: none">compensação a demonstração financeira; ousujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

(c) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (iv) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; e
- (v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano.

Como estratégia para prevenção a redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também à variação cambial.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía ativos, passivos e *forwards* denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Consolidado				
30 de setembro 2013				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	229.398	26.149	268.184	94.593
Dólares australianos	40.654	36.393	84.479	59.812
Euros	1	348	-	-
Pesos argentinos	13	14	-	-
Randes sul-africanos	11.401	19.562	23	12.083
Remimbi chinês	9.690	7.551	15.632	-
Rublo	108	-	-	-
	<u>291.265</u>	<u>90.017</u>	<u>368.318</u>	<u>166.488</u>
Consolidado				
31 de dezembro 2012				
	Contas a receber	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dólares americanos	237.312	20.001	85.043	233.238
Dólares australianos	10.788	25.708	63.687	3.148
Euros	1	297	-	-
Randes sul-africanos	12.677	15.802	30	4.858
Remimbis chinês	7.973	3.536	10.846	-
	<u>268.751</u>	<u>65.344</u>	<u>159.606</u>	<u>241.244</u>

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de preço de vendas e compras

Considerando-se que as exportações são equivalentes a 27,0% das receitas previstas para 2013, a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá alterar os resultados planejados pela Administração.

De outro lado, as compras de matérias-primas consideradas *commodities* representam aproximadamente 38% do total das compras e desta forma sujeita a Companhia aos efeitos das oscilações nos preços de mercado destes itens.

Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente a evolução de preços.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 24.359 (controladora) e R\$ 70.286 (consolidado) em 30 de setembro de 2013 (R\$ 25.793 e R\$ 68.937 em 31 de dezembro de 2012) representativos de 3,4% e 4,0%, respectivamente, do saldo de contas a receber da controladora e consolidado em aberto (3,7% e 4,3% em 31 de dezembro de 2012), a qual foi constituída para fazer face ao risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

30/09/2013					
Fluxo de caixa contratual					
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.831.823	2.007.690	403.040	1.556.439	48.211
Fornecedores	420.926	420.926	420.926	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	820	820	820	-	-
31/12/2012					
Fluxo de caixa contratual					
	Valor Contábil	Total	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos	1.250.465	1.309.460	946.776	336.767	25.917
Fornecedores	333.431	333.431	333.431	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Instrumentos financeiros derivativos	247	247	247	-	-

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de 12 meses, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações financeiras. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados que, caso ocorram, possam gerar resultados adversos para a Companhia, sendo o cenário II uma possível deterioração de 25% e o cenário III uma deterioração de 50%, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Cenário provável (Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI - %		9,75	12,19	14,63
TJLP - %		5,00	6,25	7,50
Taxa cambial - US\$		2,20	2,75	3,30
Taxa cambial - Euro		3,05	3,81	4,58
LIBOR - %		1,00	1,25	1,50
Custo do ACC deságio - %		2,25	2,81	3,37
	Aplicações financeiras	66.078	82.286	98.491
	Relações interfinanceiras	70.486	79.444	88.401
	Empréstimos e financiamentos	(68.068)	(135.048)	(202.313)
	Forwards	1.206	(12.425)	(20.930)
	Contas a receber subtraído do contas a pagar	(11.803)	36.059	83.920
		<u>57.899</u>	<u>50.316</u>	<u>47.569</u>

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao gerenciar capital é de resguardar a habilidade de sua continuidade operacional, para garantir retorno aos acionistas, mantendo uma estrutura otimizada de capital para reduzir custos de capital.

Visando a sustentabilidade e perpetuação das atividades, além dos aspectos sociais e ambientais, a Companhia enfatiza os resultados econômico-financeiros, que resultam em agregação de valor ao negócio e retorno aos acionistas. Para acompanhamento do desempenho foi adotada, a partir de 2001, a metodologia denominada Gestão de Valor Agregado (GVA), a qual direciona o foco das ações operacionais em que resultem em superior desempenho financeiro. Esse programa treinou o pessoal no desenvolvimento e uso de instrumentos de aferição e controle do atingimento das metas, facilitando a simulação e análise da eficiência na gestão do capital de giro e dos efeitos de novos investimentos na rentabilidade da Companhia. Concomitantemente, a Marcopolo adotou os conceitos do BSC (*Balanced Score Card*) que traduz a estratégia de cada unidade em objetivos, direcionadores, metas e planos de ação, os quais são monitorados e gerenciados com frequência. As ferramentas relacionados aos objetivos são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida líquida/EBITDA e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. Nos últimos anos, esses indicadores chave foram:

WACC - entre 8% e 12% a.a.

Dívida Líquida/EBITDA - entre 1,50x e 2,50x

Relação Dívida/Patrimônio Líquido - entre 25% e 80%

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Total dos empréstimos (Nota 15)	1.831.823	1.250.465
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7.1)	(760.630)	(374.219)
Dívida líquida	1.071.193	876.246
Total do patrimônio líquido	1.410.684	1.299.925
Total do capital	2.481.877	2.176.171
Índice de alavancagem financeira - %	76	67

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os quais foram integralmente classificados no nível 2:

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
- Fundo de investimento renda fixa	124	1.093
- Derivativos para negociação	5.949	3.446
Ativos disponíveis para venda		
- Certificados de depósitos bancários	10.993	130.747
	<u>17.066</u>	<u>135.286</u>
Passivos		
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
- Derivativos para negociação	820	247
	<u>820</u>	<u>247</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

- Aplicações financeiras - As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; e
- Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

- Caixa e equivalente de caixa - Os saldos em contas-correntes mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis, considerando as suas características e vencimentos;
- Contas a receber de clientes - Valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços; e
- Partes relacionadas – Representada por empréstimos de mútuo.

(c) **Disponível para venda**

Aplicações financeiras – Representada por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

(d) **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações de pedidos em carteira e exposição contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

(e) **Outros passivos financeiros**

- (i) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado, pode ser assim sumariada:

Natureza do passivo	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	1.831.823	1.831.365	1.250.465	1.251.780

- (ii) Fornecedores – Representado por valores a pagar por compra de mercadorias e serviços.

(f) **Instrumentos financeiros derivativos**

O quadro a seguir apresenta uma estimativa do valor de mercado de nossa posição com os contratos de NDFs e *Forward*. Os ganhos e perdas não realizados nas operações com derivativos são registrados (se perda) na rubrica de instrumentos financeiros derivativos ou (se ganho) em instrumentos financeiros derivativos e a contrapartida no resultado na rubrica de receitas ou despesas financeiras - variação cambial, respectivamente.

Ativos

					Valor nocional	Valor justo		Valores a receber	
Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	30.09.13	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
<u>Marcopolo</u>					USD mil				
	BBA	Venda	23.08.13	23.01.14	3.103	350	-	350	-
	BRABESCO	Venda	07.08.13	21.01.14	9.055	980	275	980	275
	BRASIL	Venda	16.08.13	19.11.13	10.620	1.722	27	1.722	27
	CITIBANK	Venda			-	-	41	-	41
	JP MORGAN	Venda	27.06.13	28.11.13	1.500	5	698	5	698
	MERRILL LYNCH	Venda	16.08.13	14.01.14	6.000	1.202	1.161	1.202	1.161
	PACTUAL	Venda			-	-	150	-	150
	SANTANDER	Venda			-	-	486	-	486
	VOTORANTIM	Venda	22.08.13	16.01.14	2.500	473	504	473	504
	SAFRA	Venda	15.08.13	31.10.13	6.450	965	38	965	38
						5.697	3.380	5.697	3.380
<u>Ciferal</u>					USD mil				
	BRABESCO	Venda				-	62	-	62
						-	62	-	62

Masa					<u>USD mil</u>				
	ABSA	Compra	25.04.13	15.10.13	700	68	4	68	4
	STD	Compra	26.03.13	03.12.13	950	59	-	59	-
						127	4	127	4
MP Austrália					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	04.04.13	04.12.13	1.202	100	-	100	-
					<u>CHF mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	03.05.13	07.01.14	150	23	-	23	-
					<u>CNY mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	20.08.13	31.03.14	13.381	2	-	2	-
						125	-	125	-
						5.949	3.446	5.949	3.446

Passivos

Empresa	Contraparte	Posição	Inicial	Final	Valor nacional	Valor justo		Valores a receber	
					30.09.13	30.09.13	31.12.12	30.09.13	31.12.12
Marcopolo					<u>USD mil</u>				
	BRASIL	Venda	30.04.13	31.10.13	1.200	(203)	-	(203)	-
	MERRILL LYNCH	Venda	30.04.13	10.10.13	1.200	(200)	-	(200)	-
						(403)	-	(403)	-
Ciferal					<u>EURO mil</u>				
	BRABESCO	Compra	21.08.13	27.12.13	802	(205)	-	(205)	-
						(205)	-	(205)	-
Masa					<u>USD mil</u>				
	ABSA	Compra	13.06.13	03.02.14	1.408	(18)	(27)	(18)	(27)
	STD	Compra	31.05.13	03.02.14	2.362	(116)	(128)	(116)	(128)
						(134)	(155)	(134)	(155)
MP Austrália					<u>USD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	03.07.13	06.03.14	500	(55)	(92)	(55)	(92)
					<u>CHF mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	06.08.13	06.03.14	125	(8)	-	(8)	-
					<u>SGD mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	03.07.13	06.03.14	210	(13)	-	(13)	-
					<u>CNY mil</u>				
	WESTERN UNION	Compra	20.08.13	31.07.14	12.352	(2)	-	(2)	-
						(78)	(92)	(78)	(92)
						(820)	(247)	(820)	(247)

A Marcopolo auferiu ganhos e perdas com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012 conforme abaixo:

	Ganhos/perdas realizados			
	Juros s/derivativos		Variação Cambial s/ derivativos	
	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012	30 de setembro de 2013	30 de setembro de 2012
Marcopolo		6.841		11.240
Ciferal		38		2.449
Masa		-		-
MP Austrália		-		-
			(8.164)	(19.139)
			16	(4.089)
			(1002)	(373)
			(353)	-

6 Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Marcopolo S.A. e de suas controladas, a seguir relacionadas:

(a) Controladas

Controladas	Percentual de participação					
	30 de setembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Direta	Indireta	Participação dos não controladores	Direta	Indireta	Participação dos não controladores
Apolo	65,00	-	35,00	-	-	-
Banco Moneo	-	100,00	-	-	100,00	-
Ciferal	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Ilmot	100,00	-	-	100,00	-	-
Laureano	-	100,00	-	-	100,00	-
MAC	100,00	-	-	100,00	-	-
MPC	70,00	30,00	-	70,00	30,00	-
MIC	100,00	-	-	100,00	-	-
MIC UY	-	-	-	100,00	-	-
Mapla	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Masa	100,00	-	-	100,00	-	-
Trading	99,99	-	-	99,99	-	-
Moneo	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Austrália	100,00	-	-	100,00	-	-
MP Canadá	100,00	-	-	-	-	-
Pologren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
Volgren (1)	-	75,00	25,00	-	75,00	25,00
PoloRus	100,00	-	-	100,00	-	-
Polomex	3,61	70,39	26,00	3,61	70,39	26,00
Syncroparts	99,99	0,01	-	99,99	0,01	-
Volare Veículos	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-
Volare Comércio	99,90	0,10	-	99,90	0,10	-

(1) Consolida na MP Austrália.

Na elaboração das informações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de dificuldades na recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações financeiras consolidadas.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
FCO	-	50,00	-	50,00
GB Polo	49,00	-	49,00	-
Loma	50,00	-	50,00	-
Metalpar (1)	-	50,00	-	50,00
Metalsur (1)	-	51,00	-	51,00
Marsa (1)	-	50,00	-	50,00

New Flyer	-	19,99	-	-
San Marino	45,00	-	45,00	-
Rotas do Sul (2)	-	45,00	-	45,00
San Marino México (2)	-	45,00	-	45,00
Superpolo	-	50,00	-	50,00
Hanegas	49,875	0,125	49,875	0,125
TMML	49,00	-	49,00	-

- (1) Consolida no empreendimentos controlado em conjunto (não consolidada) na Loma;
(2) Consolida no empreendimentos controlado em conjunto (não consolidada) na San Marino.

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
FCO	256	348	88	36	151	-	(467)	-
GBPololo	69.622	69.979	69.053	62.013	17.802	13.771	(7.202)	(6.238)
Loma	151.304	97.291	98.450	50.704	208.716	94.711	10.224	1.072
San Marino	329.476	280.907	250.452	197.796	276.275	325.206	5.526	21.394
Superpolo	166.506	132.132	92.880	59.765	192.758	141.152	10.022	11.660
Hanegas	5.847	5.817	6.649	6.609	-	-	(6)	(13)
TMML	153.359	142.829	98.504	88.315	165.935	197.648	2.814	12.455

(c) Coligadas (não consolidadas)

Coligadas	Percentual de participação			
	30 de setembro de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mercobus	40,00	-	40,00	-
MVC	26,00	-	26,00	-
Painéis (1)	-	26,00	-	26,00
Setbus	25,00	20,00	-	-
Spheros	40,00	-	40,00	-
Spheros Colômbia (2)	-	40,00	-	40,00
Spheros México (2)	-	40,00	-	40,00
Wsul	30,00	-	30,00	-

- (1) Consolida na coligada (não consolidada) MVC;
(2) Consolida na coligada (não consolidada) Spheros.

O montante dos principais saldos das demonstrações contábeis dessas sociedades encontra-se demonstrado como segue:

	Ativo		Passivo		Receita líquida		Lucro (prejuízo)	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Mercobus	1.536	1.274	159	-	1.110	-	(200)	-
MVC	228.983	138.676	169.458	70.297	180.392	108.431	14.954	7.105
Setbus	11.147	-	15.542	-	3.882	-	(4.144)	-
Spheros	66.221	50.840	41.402	16.371	109.217	87.604	13.642	12.881
Wsul	8.405	8.929	1.436	2.053	18.030	14.144	805	(3)

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Apolo Soluções em Plásticos Ltda. – com participação de 65% no capital está localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil e tem por objeto a injeção de peças plásticas, desenvolvimento, fabricação e comércio de produtos e materiais plásticos.

Moneo Investimentos S. A. (Moneo) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Moneo tem por objeto a participação em outras sociedades, exclusivamente, naquelas que se caracterizem por ser instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e tem a seguinte controlada integral:

- Banco Moneo S. A. – localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto a atividade bancária em geral, em todas as modalidades para as quais for autorizada pelo Banco Central e atua no mercado do Brasil.

Ciferal Industria de Ônibus Ltda (Ciferal) – Controlada integral, localizada em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Ilmot International Corporation (Ilmot) – Controlada integral, localizada no Uruguai. A Ilmot tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Polomex S. A. de C. V. (Polomex) – localizada em Monterrey, Nuevo León, Mexico, com participação de 70,39% no capital. A Polomex tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Superpolo S. A. (Superpolo) – localizada em Cundinamarca, Colombia, com participação de 50% no capital. A Superpolo tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Hanegas S. A. S – localizada na Colombia, com participação de 49,875% no capital. A Hanegas tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Laureano S. A. – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Auto Componentes Co. (Mac) – Controlada integral, localizada em ChangZhou City, China, tem por objeto buscar o desenvolvimento e a promoção de vendas de componentes para ônibus.

Marcopolo Australia Holdings PTY LTD. (MP Australia) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Australia. A MP Australia tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:

- Pologren Australia Holdings PTY LTD. (Pologren) – Controlada integral, localizada em Melbourne, Austria. A Pologren tem por objeto a participação em outras sociedades e tem a seguinte controlada:
 - Volgren Australia PTY Limited (Volgren) – localizada em Melbourne, Australia, com participação de 75% no capital. A Volgren tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Canadá Holdings Corp. (MP Canadá) – Controlada integral, localizada no Canadá. A MP Canadá tem por objeto a participação em outras sociedades e tem o seguinte empreendimento controlado em conjunto:

- New Flyer Industries Inc. (New Flyer) – localizada no Canadá, com participação de 19,99% no capital. A New Flyer tem por objeto a fabricação de ônibus.

Marcopolo Industria de Carroçarias S. A. (MPC) – Controlada integral, localizada em Portugal. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo International Corp. (MIC) – Controlada integral, localizada nas Ilhas Virgens Britânicas. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo Latinoamérica S. A. (Mapla) – Controlada integral, localizada na Argentina. Atualmente as atividades desta controlada estão paralisadas.

Marcopolo South África Pty Ltd. (Masa) – Controlada integralmente, localizada em Johannesburg, South Africa, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Marcopolo Trading S. A. (Trading) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto a prestação de serviços técnicos relacionados com o comércio exterior.

Syncroparts Com e Distr. de Peças Ltda (Syncro) – Controlada integral, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Tem por objeto o comércio e distribuição de peças para veículos automotores, e participações em outras sociedades, e tem a seguinte coligadas:

- FCO Participações Industria e Comércio de Componentes Ltda (FCO) – Coligada com participação de 50% no capital, localizada em Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil. Tem por objeto a fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.

PoloAutoRus LLC. – Controlada integralmente, localizada em Moscow, Russian Federation, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Volare Veículos Ltda - Controlada integralmente, localizada em São Matheus, Estado do Espírito Santo, Brasil, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação.

Volare Comércio e Distribuição de Veículos e Peças Ltda - Controlada integralmente, localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e tem por objeto o comércio por atacado de peças e acessórios para veículos automotores.

GB Polo Bus Manufacturing S. A. E (GB Polo) – Coligada, com participação de 50% no capital, localizada em Suez, Egito, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Loma Hermosa S. A. (Loma) - Coligada, com participação de 50% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Loma tem por objeto a participação em outras sociedades e tem as seguintes controladas/coligadas:

- Metalpar S. A. – Controlada, com participação de 98% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Metalpar tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Metalsur Carrocerias S.R.L. – Controlada, com participação de 51% no capital, localizada na Provincia de Santa Fé, Argentina. A Metalsur tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.
- Marcopolo Argentina S. A. (Marsa) – Controlada, com participação de 100% no capital, localizada na Provincia de Buenos Aires, Argentina. A Marsa tem por objeto o de peças e acessórios para veículos automotores.

San Marino ônibus e Implementos Ltda (San Marino) - Coligada, com participação de 45% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A San Marino tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus e micro-ônibus, suas peças, partes, componentes e acessórios, de sua própria fabricação e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- San Marino Bus de México S. A. de C. V. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Toluca, Estado do México, México, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

- Rotas do Sul Logística Ltda. – Controlada, com participação de 99,99% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tem por objeto serviços de transporte.

Tata Marcopolo Motors Limited (TMML) – Coligada, com participação de 49% no capital, localizada em Dharwad, Índia, tem por objeto fabricar carrocerias para ônibus.

Mercobus S. A. C. – Coligada, com participação de 40% no capital, localizada no Peru, tem por objeto a representação comercial de carrocerias para ônibus.

MVC Componentes Plásticos Ltda (MVC) - Coligada, com participação de 26% no capital, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. A MVC tem por objeto a fabricação e o comércio de partes, peças, componentes e acessórios para veículos automotores e participação em outras sociedades, tendo a seguinte controlada:

- Poloplast Painéis e Componentes Ltda - Controlada integralmente, localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. A Poloplast tem por objeto a fabricação e o comércio de revestimentos e materiais para revestimentos de interiores e exteriores, a partir de resinas.

Setbus Soluções Automotivas Ltda. (Setbus) - Coligada, com participação direta de 25% e participação indireta de 20% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Setbus tem por objeto soluções automotivas.

Spheros Climatização do Brasil S. A. (Spheros) - Coligada, com participação de 40% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Spheros tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização e participação em outras sociedades, tendo as seguintes controladas:

- Spheros México S. A. de C. V - Controlada integralmente, localizada no México e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.
- Spheros Thermosystems Colombia Ltda - Controlada integralmente, localizada na Colômbia e tem por objeto a montagem, comercialização, importação e exportação de equipamentos de refrigeração e climatização.

Wsul Espumas Indústria e Comércio Ltda (Wsul) - Coligada, com participação de 30% no capital, localizada em Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Wsul tem por objeto a fabricação e comercialização de espuma de poliuretano moldados ou seus derivados.

7 Caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros e derivativos

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e depósitos bancários				
No Brasil	10.655	26.615	12.057	26.992
No exterior	64	146	45.116	43.165
Títulos e valores mobiliários de liquidez imediata (*)				
No Brasil	552.961	206.358	703.457	304.062
Total do caixa e equivalente de caixa	<u>563.680</u>	<u>233.119</u>	<u>760.630</u>	<u>374.219</u>

(*) Corresponde substancialmente a aplicações em Certificados de depósitos bancários – CDB, remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 103,3% do CDI, resultando uma média ponderada de 100,6% do CDI em 30 de setembro de 2013.

7.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Circulante				
Ao valor justo através do resultado				
Fundos de investimentos de renda fixa	124	1.093	124	1.093
Derivativos - mercado a termo (<i>Non Deliverable Forwards</i>)	5.697	3.380	5.949	3.446
Disponíveis para venda				
Certificados de depósitos bancários	10.993	130.747	10.993	130.747
	16.814	135.220	17.066	135.286
Não Circulante				
Disponíveis para venda				
Partes relacionadas	24.515	36.942	24.056	22.130
	24.515	36.942	24.056	22.130

O certificado de depósito bancário é remunerado a taxa de 11,0% a.a..

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. A Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham sido registrados segundo o método de *hedge accounting* de acordo com IAS 39.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Circulante				
No mercado nacional	476.078	463.603	606.856	601.680
No mercado externo	187.433	184.192	299.044	265.924
Partes relacionadas	65.171	48.320	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	297.698	271.239
Ajuste a valor presente	(3.610)	(2.278)	(4.289)	(2.836)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.359)	(25.793)	(58.955)	(66.683)
	700.713	668.044	1.140.354	1.069.324
Não circulante				
Relações interfinanceiras	-	-	537.508	473.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(11.331)	(2.254)
	-	-	526.177	471.235
	700.713	668.044	1.666.531	1.540.559

As relações interfinanceiras referem-se a operações de crédito por financiamentos de ônibus pelo Banco Moneo, através de repasses do programa FINAME do BNDES.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Valores a vencer	514.210	442.930	1.452.233	1.294.553
Vencidos:				
- Até 30 dias	55.856	109.758	79.187	135.142
- Entre 31 e 60 dias	46.681	30.620	51.602	38.461
- Entre 61 e 90 dias	32.919	22.642	35.284	28.463
- Entre 91 e 180 dias	29.887	22.387	36.336	27.197
- Acima de 181 dias	49.129	67.778	86.464	88.516
Ajuste a valor presente	(3.610)	(2.278)	(4.289)	(2.836)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.359)	(25.793)	(70.286)	(68.937)
	<u>700.713</u>	<u>668.044</u>	<u>1.666.531</u>	<u>1.540.559</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(25.793)	(68.937)
Provisão registrada no período	(5.110)	(12.535)
Reversão de provisão contra contas a receber (<i>Write-off</i>)	6.544	11.896
Variação cambial	-	(710)
Saldo em 30 de setembro de 2013	(24.359)	(70.286)

Contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Reais	513.280	483.852	1.375.266	1.281.794
Dólar norte-americano	187.433	184.192	229.398	227.315
Dólar australiano	-	-	40.654	10.718
Euro	-	-	1	-
Peso Argentino	-	-	13	82
Rand	-	-	11.401	12.677
Remimbi	-	-	9.690	7.973
Rublo	-	-	108	-
	<u>700.713</u>	<u>668.044</u>	<u>1.666.531</u>	<u>1.540.559</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Produtos acabados	95.012	77.510	133.966	102.751
Produtos em elaboração	36.886	29.015	76.579	55.192
Matérias-primas e auxiliares	156.024	129.484	249.843	197.009
Adiantamentos a fornecedores e outros	5.505	6.612	19.701	15.319
Provisão para perdas nos estoques	(417)	(417)	(5.572)	(5.742)
	<u>293.010</u>	<u>242.204</u>	<u>474.517</u>	<u>364.529</u>

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(417)	(5.742)
Provisão registrada no período	-	(914)
Reversão de provisão contra estoques (<i>Write-off</i>)	-	455
Variação cambial	-	629
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>(417)</u>	<u>(5.572)</u>

10 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Circulante				
Imposto de renda - pessoa jurídica (IRPJ)	57.370	21.222	71.915	22.796
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	13.451	5.860	18.972	5.861
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	13.172	8.283	14.026	9.472
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	5.511	20.616	7.179	21.321
Programa de integração social (PIS)	1.937	2.530	2.300	2.898
Contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS)	5.873	10.695	8.908	14.017
Reintegra	4.303	4.256	4.306	4.330
Imposto sobre valor agregado (IVA)	1	-	4.750	5.066
Outros	-	-	594	538
	<u>101.618</u>	<u>73.462</u>	<u>132.950</u>	<u>86.299</u>
Não circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	1.310	1.453	1.310	1.877
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	818	780
	<u>1.310</u>	<u>1.453</u>	<u>2.128</u>	<u>2.657</u>
	<u>102.928</u>	<u>74.915</u>	<u>135.078</u>	<u>88.956</u>

11 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Controladas	917.411	546.344	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	157.263	156.367	325.138	127.098
Coligadas	31.099	27.811	31.099	27.811
Outros investimentos	-	-	1.227	1.045
	<u>1.105.773</u>	<u>730.522</u>	<u>357.464</u>	<u>155.954</u>

(a) Investimento em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstrados a seguir:

Controladas:

	Controladas																		
	Total																		
	Apolo	Ciferal	Ilmot	Mac	Mapla	MP Austrália	Masa	MIC	MPC	Moneo	PoloRus	MP Canadá	Polomex	Syncro	Trading	Volare Veículos	Volare Comércio	30/09/13	31/12/12
			(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(1)						
Dados dos Investimentos																			
Capital social	600	20.000	34.333	7.498	770	46.856	6.912	3.121	4.087	100.000	2.344	250.830	19.650	4.000	3.000	33.220	8.000		
Patrimônio líquido ajustado	600	238.557	79.156	6.764	451	45.520	31.609	(826)	(10.924)	195.463	1.179	268.395	60.176	15.082	5.189	31.696	4.318		
Ações ou quotas possuídas	1.830	499.953	50.000	1	4.000	75	100.000	1.400.000	1	100.000	1	4.925.530	3.011.659	1	3.450.103	19.980	999		
% de participação	65,00	99,99	100,00	100,00	99,99	75,00	100,00	100	70,00	100,00	100,00	100,00	3,61	99,99	99,99	99,90	99,90		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	43.380	10.264	(760)	(18)	(1.067)	2.010	(974)	(48)	17.169	(364)	1.268	7.377	260	157	(1.416)	(2.366)		
Movimentação dos investimentos																			
Saldos iniciais:																			
Pelo valor patrimonial	-	195.167	70.001	6.616	506	47.375	32.139	216	(6.795)	178.402	1.519	-	1.738	14.820	5.032	(58)	(334)	546.344	434.163
Integralização de capital	390	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.137	7.002	40.529	2.596
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237.899	-	-	-	-	-	237.899	41.553
Dividendos recebidos	-	-	(4.470)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.450)	-	-	-	-	-	(5.920)	(11.999)
Resultado de equivalência patrimonial	-	43.378	10.264	(760)	(18)	(1.067)	2.010	(974)	(33)	17.169	(364)	1.268	270	260	157	(1.415)	(2.364)	67.781	73.058
Ajustes acumulados de conversão	-	-	3.361	908	(37)	(788)	(2.540)	(68)	(817)	-	25	30.678	164	-	-	-	-	30.886	16.382
Ganhos/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)	-	-	-	-	-	-	-	(108)	(187)
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.222)
Saldos finais:																			
Pelo valor patrimonial	390	238.545	79.156	6.764	451	45.520	31.609	(826)	(7.645)	195.463	1.180	268.395	2.172	15.080	5.189	31.664	4.304	917.411	546.344
	(1)	Empreendimentos no exterior.																	

Empreendimentos contralados em conjunto:

	Empreendimentos controlados em conjunto						
	Total						
	GBPolo	Hanegas	Loma	San Marino	TMML	30/09/13	31/12/12
	(1)	(1)	(1), (2)	(2)	(1)		
Dados dos Investimentos							
Capital social	31.716	4	37.872	56.080	60.567		
Patrimônio líq. ajustado	569	(802)	52.856	86.554	54.855		
Ações ou quotas possuídas	4.803.922	1.800	15.949.948	7.478.482	24.500		
% de participação	49,00	49,875	50,00	45,00	49,00		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(7.202)	(6)	10.204	5.525	2.814		
Movimentação dos investimentos							
<u>Saldos iniciais:</u>							
Pelo valor patrimonial	3.903	(394)	53.746	72.400	26.712	156.367	146.285
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	11.642
Dividendos recebidos	-	-	-	(1.246)	-	(1.246)	(13.507)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.528)	(3)	5.102	2.486	1.379	5.436	12.208
Ajustes acumulados de conversão	(96)	(3)	(1.968)	(16)	(1.211)	(3.294)	(261)
<u>Saldos finais:</u>							
Pelo valor patrimonial	279	(400)	56.880	73.624	26.880	157.263	156.367
(1) Empreendimentos no exterior.							
(2) Estes saldos contemplam investimentos e ágio							

Coligadas:

	Coligadas						Total
	MVC	Mercobus	Spheros	Setbus	WSul	30/09/13	31/12/12
	(1)						
Dados dos Investimentos							
Capital social	34.011	465	15.000	1.000	6.100		
Patrimônio líq. ajustado	59.526	1.610	34.531	(3.696)	6.969		
Ações ou quotas possuídas	1	232	244.898	25	1.830.000		
% de participação	26,00	40,00	40,00	25,00	30,00		
Lucro líquido do exercício	14.954	(200)	13.642	(4.696)	805		
Movimentação dos investimentos							
<u>Saldos iniciais:</u>							
Pelo valor patrimonial	11.513	873	13.186	-	2.239	27.811	21.577
Integralização de capital				250		250	
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	873
Dividendos recebidos	-	-	(4.000)	-	(390)	(4.390)	(4.100)
Resultado de equivalência patrimonial	3.963	(149)	4.640	(1.174)	242	7.522	9.390
Ajustes acumulados de conversão	-	(80)	(14)	-	-	(94)	71
<u>Saldos finais:</u>							
Pelo valor patrimonial	15.476	644	13.812	(924)	2.091	31.099	27.811
(1) Empreendimento no exterior.							

(b) Contrato de investimento estratégico

A Marcopolo informa que assinou em 23 de janeiro de 2013, contrato de investimento estratégico no valor de C\$ 116,4 milhões (dólares canadenses) para subscrever 11.087.834 novas ações ordinárias a serem emitidas pela New Flyer Industries Inc., representando 19,99% do capital social dessa companhia.

As ações ordinárias foram emitidas ao preço de C\$10,50 por ação. Na primeira etapa a Marcopolo subscreveu 4.925.530 novas ações ordinárias emitidas em 08 de fevereiro de 2013 pelo valor de C\$51,7 milhões, e as demais 6.162.304 ações ordinárias foram subscritas pela Marcopolo pelo mesmo preço unitário em uma única parcela em 21 de junho de 2013 no montante C\$64,7 milhões. O investimento está sujeito à aprovação da Bolsa de Valores de Toronto, Canadá.

12 Imobilizado

(a) Síntese da movimentação do imobilizado da controladora

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	17.871	65.996	75.110	3.470	6.211	2.151	98	19.677	190.584
Adições	200	3.065	15.644	1.142	2.283	613	-	17.931	40.878
Baixas	-	(29)	(465)	(15)	(9)	(21)	-	-	(539)
Transferências	-	142	370		4		-	(516)	-
Depreciações	-	(1.932)	(10.446)	(401)	(1.324)	(321)	-		(14.424)
Saldos em 30 de setembro de 2013	18.071	67.242	80.213	4.196	7.165	2.422	98	37.092	216.499
Custo do imobilizado	18.071	133.117	186.429	8.835	16.846	5.123	98	37.092	405.611
Depreciação acumulada	-	(65.875)	(106.216)	(4.639)	(9.681)	(2.701)	-	-	(189.112)
Valor residual	18.071	67.242	80.213	4.196	7.165	2.422	98	37.092	216.499
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0			

(b) Síntese da movimentação do imobilizado do consolidado

	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	22.656	90.925	119.919	7.482	6.943	4.644	3.136	43.103	298.808
Efeito cambial	(80)	(639)	104	(108)	-	35	320	649	281
Adições	200	3.640	24.743	1.943	2.641	2.042	741	22.469	58.419
Baixas	-	(29)	(2.115)	(341)	(265)	(678)	(119)	(1.424)	(4.971)
Transferências	-	142	370	-	4	-	-	(516)	-
Depreciações	-	(3.221)	(17.059)	(970)	(1.231)	(662)	(696)	-	(23.839)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>22.776</u>	<u>90.818</u>	<u>125.962</u>	<u>8.006</u>	<u>8.092</u>	<u>5.381</u>	<u>3.382</u>	<u>64.281</u>	<u>328.698</u>
Custo do imobilizado	22.776	172.643	295.935	15.783	18.902	10.467	8.873	64.281	609.660
Depreciação acumulada	-	(81.825)	(169.973)	(7.777)	(10.810)	(5.086)	(5.491)	-	(280.962)
Valor residual	<u>22.776</u>	<u>90.818</u>	<u>125.962</u>	<u>8.006</u>	<u>8.092</u>	<u>5.381</u>	<u>3.382</u>	<u>64.281</u>	<u>328.698</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2,0	8,3	8,3	20,0	20,0	13,0		

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios.

13 Ágio e intangível

(a) Síntese da movimentação do intangível da controladora

	Softwares	Marcas registradas e licenças	total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.708	73	4.781
Adições	1.583	-	1.583
Baixas	(3)	-	(3)
Amortizações	(1.417)	(14)	(1.431)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>4.871</u>	<u>59</u>	<u>4.930</u>
Custo do intangível	47.662	1.222	48.884
Amortização acumulada	(42.791)	(1.163)	(43.954)
Valor residual	<u>4.871</u>	<u>59</u>	<u>4.930</u>
Taxas anuais de amortização - %	20,0	7,0	

(b) Síntese da movimentação do intangível do consolidado

	Softwares	Marcas registradas e licenças	Carteira de clientes	Outros Intangíveis	Ágios	total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.535	73	14.019	9.393	184.639	213.659
Efeito cambial	439	-	(4)	(759)	2.208	1.884
Adições	4.244	-	-	409	64.736	69.389
Baixas	(4)	-	(597)	-	-	(601)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(1.649)	(14)	(2.521)	(313)	-	(4.497)
Saldos em 30 de setembro de 2013	8.565	59	10.897	8.730	251.583	279.834
Custo do imobilizado	52.420	1.222	16.499	9.311	251.583	331.035
Amortização acumulada	(43.855)	(1.163)	(5.602)	(581)	-	(51.201)
Valor residual	8.565	59	10.897	8.730	251.583	279.834
Taxas anuais de amortização - %	2,0	8,3	25	10		

A Companhia efetua no final de cada exercício testes de eventuais perdas (*impairment*) no ágio.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 30 de setembro de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do período encontram-se detalhadas no quadro a seguir:

Partes Relacionadas	Saldos ativos por mútuo e conta-corrente	Saldos passivos por mútuo e conta-corrente	Outras contas a receber	Contas a receber por vendas	Contas a pagar por compras	Vendas de produtos/serviços	Compras de produtos/serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Ciferal	130	-	-	19.229	147	59.293	435	107	-
GB Polo	22.978	-	-	2.077	-	168	-	325	-
Ilmot	279	-	-	-	-	-	-	6	-
Loma Hermosa	-	-	-	2.179	-	5.890	-	-	-
MAC	-	-	-	3.039	-	3.274	-	-	-
Mapla	-	20	-	-	-	-	-	-	-
Masa	-	-	-	14.067	-	18.284	-	-	-
Moneo	1	-	-	-	-	2	-	1	-
Mpc	-	-	10.131	322	-	-	-	-	-
Mpt	-	-	-	-	-	-	-	1	-
MVC	-	-	-	98	4.359	413	3.988	-	-
Polomex	-	-	-	12.543	-	41.857	-	-	-
Polorus	-	-	-	-	-	-	772	-	-
San Marino	-	-	-	-	182	270	-	-	-
Setbus	1.035	-	-	-	-	-	-	30	-
Spheros	-	-	-	-	8.298	-	99.902	-	-
Superpolo	-	-	-	2.264	-	8.185	-	-	-
TMML	-	-	-	5.790	-	2.445	-	-	-
Volare Veículos	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Volare Comércio	47	-	-	15.971	3.840	17.628	-	23	-
Wsul	44	-	-	-	2.114	-	22.582	-	-
Saldo em 30.09.2013	24.515	20	10.131	77.579	18.940	157.709	127.679	494	-
Saldo em 31.12.2012	36.942	20	9.048	48.549	4.551	153.265	62.150	375	3

Os saldos de mútuos e contas-corrente de empresas sediadas no Brasil estão sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação do CDI, e com empresas no exterior estão sujeitos a juros calculados pela taxa LIBOR semestral acrescidos de 3% a.a.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	30/09/13			
	Fixa	Variável	Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações
Conselho de Administração e diretores estatutários	7.173	5.661	163	105
Diretores não estatutários	4.687	3.334	206	196
	11.860	8.995	369	301

	30/09/12			
	Fixa	Variável	Plano de Aposen- tadoria	Pagamento com base em ações
Conselho de Administração e diretores estatutários	6.691	5.340	94	256
Diretores não estatutários	4.341	2.436	138	506
	11.032	7.776	232	762

15 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada % a.a.	Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Moeda nacional						
FINAME	7.62	2015 a 2022	10.511	12.067	12.346	13.112
Empréstimos bancários	8.44	2013 a 2021	65	929	65	1.323
FINEP	4.63	2014 a 2020	137.339	118.034	137.339	118.034
Pré-embarque especial (*)	5.79	2013	219.065	360.282	219.065	360.282
Notas de créditos exportação - Compulsório	5.50	2016	402.633	-	402.633	-
Moeda estrangeira						
Adiantamentos de contratos de câmbio	1.41	2013	20.517	52.883	20.517	53.471
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americanos	2.96	2013	202.329	14.836	202.329	14.836
Notas de créditos exportação - USD	3.00	2014	44.517	-	44.517	-
Financiamento em rands	8.50	2014	-	-	23	30
Financiamento em reinmbi	5.60	2013	-	-	15.633	10.846
Financiamento em dólares australianos	3.53	2013 a 2015	-	-	84.479	63.687
Partes relacionadas	Libor + 3,00	-	20	20	-	-
Captações no mercado aberto						
Moeda nacional						
BNDES	TJLP + 1,00	2018	-	-	692.877	614.844
			1.036.996	559.051	1.831.823	1.250.465
Passivo circulante			(73.889)	(452.445)	(391.386)	(722.468)
Passivo não circulante			963.107	106.606	1.440.437	527.997

(*) Corresponde a uma linha de crédito do BNDES destinada a produção direcionada a exportação, devendo o embarque dos mesmos ocorrer em até a data limite de 3 anos.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
De 13 a 24 meses	34.852	22.895	213.276	187.352
De 25 a 60 meses	899.066	62.047	1.185.264	318.980
Após 60 meses	29.189	21.664	41.897	21.665
	963.107	106.606	1.440.437	527.997

(a) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 12.346 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 13.112 em 31 de dezembro de 2012) e o empréstimo bancário da modalidade FINEP possui garantia com bens imóveis no valor de R\$ 15.800 e fianças bancárias.

A Companhia mantém contratos de financiamentos que possuem cláusulas restritivas “Covenants”, as quais estão sendo atendidas.

(b) Captações no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Moneo, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre as mesmas incidem encargos financeiros de 1% ao ano mais a variação da TJLP.

O valor de face e valor justo da parcela de longo prazo das captações no mercado aberto são:

	<u>Valor de face (futuro)</u>		<u>Valor justo (presente)</u>	
	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
De 1 a 12 meses	232.921	217.468	216.952	194.334
De 13 a 24 meses	187.579	179.057	177.920	164.158
De 25 a 36 meses	148.347	126.375	143.692	118.264
Após 36 meses	<u>156.040</u>	<u>142.365</u>	<u>154.313</u>	<u>138.088</u>
	<u>724.887</u>	<u>665.265</u>	<u>692.877</u>	<u>614.844</u>

O valor de face dos empréstimos do passivo circulante se aproximam do seu valor justo.

16 Provisões

(a) Cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

<u>Natureza</u>	<u>Controladora</u>			
	<u>30/09/13</u>		<u>31/12/12</u>	
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>
Cível	1.314	67	181	147
Trabalhista	3.777	7.536	2.314	4.628
Tributário	<u>6.092</u>	<u>78.907</u>	<u>4.108</u>	<u>151.888</u>
	<u>11.183</u>	<u>86.510</u>	<u>6.603</u>	<u>156.663</u>

Natureza	Consolidado			
	30/09/13		31/12/12	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	1.585	529	181	609
Trabalhista	6.318	7.536	4.503	4.628
Tributário	13.799	108.799	11.665	170.818
	<u>21.702</u>	<u>116.864</u>	<u>16.349</u>	<u>176.055</u>
Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Cível	981	964	981	964
Trabalhista	428	319	1.505	1.749
Tributário	4.559	4.564	9.420	9.335
	<u>5.968</u>	<u>5.847</u>	<u>11.906</u>	<u>12.048</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

. Provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
ICMS - transferências de créditos (i)	3.145	3.144	3.145	3.144
COFINS - majoração de alíquota (ii)	-	-	7.513	7.362
INSS – incidência sobre serviços prestados no exterior. (iii)	2.947	-	2.947	-
Outras contingências de menor valor	-	964	194	1.159
	<u>6.092</u>	<u>4.108</u>	<u>13.799</u>	<u>11.665</u>

- (i) Contingência relativa à discussão sobre ICMS - transferência de créditos decorrentes de exportação.
- (ii) Contingência relativa à COFINS – majoração da alíquota, levada a efeito pela Lei 9.718/98. Os processos estão em andamento no âmbito judicial.
- (iii) Contingência relativa a INSS – Discussão quanto a incidência do INSS patronal sobre serviços prestados por empregados no exterior.

. Não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	5.448	5.156	5.448	5.156
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	2.150	2.035	2.150	2.035
IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via tradings (i)	32.135	114.083	32.135	114.083
IRPJ e CSLL – lucros no exterior (ii)	20.094	12.089	20.094	12.089

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (iii)	-	-	15.328	13.866
ICMS – documentos fiscais inidôneos (iv)	11.071	10.808	11.071	10.808
ISS - serviços tomados de terceiros	3.348	3.168	3.348	3.168
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	4.661	4.549	4.661	4.549
Outras contingências de menor valor	-	-	14.564	5.064
	<u>78.907</u>	<u>151.888</u>	<u>108.799</u>	<u>170.818</u>

(i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a discussões sobre o IRPJ e CSLL sobre vendas ao exterior via tradings controladas localizadas em centros *off-shore*, realizadas nos anos de 1999 a 2007, que no entender do fisco caracterizam uma operação simulada. Os processos encontram-se em tramitação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em setembro de 2011, em julgamento dos processos relativos aos anos-calendário de 2001-2007, o CARF, por unanimidade, deu provimento ao recurso da empresa, cancelando integralmente os autos de infração. Em julho de 2012 a decisão acima referida foi confirmada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os processos em relação aos anos-calendário de 2001 a 2007 já transitaram em julgado.

(ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a consolidação no Exterior de resultados de controladas indiretas, antes do oferecimento dos lucros à tributação no Brasil. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento.

(iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

(iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo.

Outros processos de menor valor, totalizando R\$ 30.171 (R\$ 19.972 em 31 de dezembro de 2012), cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis.

(b) Contingências ativas

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

Natureza	Consolidado			
	30/09/13		31/12/12	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Contingente				
Tributário	9.458	8.835	9.605	8.550
Previdenciário	-	1.961	-	1.855
	<u>9.458</u>	<u>10.796</u>	<u>9.605</u>	<u>10.405</u>

(i) Contingências tributárias ativas

A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito estadual e federal, nas quais são discutidas as seguintes matérias:

- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
- Empréstimo Compulsório Eletrobrás.
- ICMS sobre materiais de uso e consumo.

(ii) Contingências previdenciárias ativas

- Contribuição Social Previdenciária – INSS.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os reconhece após o trânsito em julgado ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

17 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a empregados

A Marcopolo é patrocinadora principal da Marcoprev Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social a todos os empregados das patrocinadoras: Marcopolo (principal), Syncroparts, Trading, Banco Moneo e Fundação Marcopolo. No período findo em 30 de setembro de 2013 foi despendido em contribuições, em nível consolidado, o montante de R\$ 8.048 (R\$ 7.218 em 30 de setembro de 2012). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva da patrocinadora, e de "contribuição definida" onde as contribuições são da patrocinadora e do participante, de forma opcional.

Na data-base de 30 de setembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012, os valores relacionados aos benefícios pós-emprego, foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida por atuários independentes, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme abaixo apresentado.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Valor presente das obrigações atuariais	(248.476)	(231.722)	(250.328)	(233.440)
Valor justo dos ativos do plano	182.460	188.665	183.820	190.072
Passivo a ser reconhecido	<u>(66.016)</u>	<u>(43.057)</u>	<u>(66.508)</u>	<u>(43.368)</u>

De acordo com as prerrogativas constantes nos regulamentos do plano de aposentadoria e na parcela contabilizada do plano de aposentadoria suplementar não se verifica a possibilidade de reembolso, aumento de benefício ou de redução nas contribuições futuras.

A movimentação na obrigação de benefício definido é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
No início do exercício	(43.057)	388	(43.368)	388
Contribuições dos participantes do plano	7.313	8.497	7.401	8.602
Perdas (ganhos) atuariais	(23.237)	(51.586)	(23.321)	(51.871)
(Despesa) Receita anual líquida reconhecida	<u>(7.035)</u>	<u>(356)</u>	<u>(7.220)</u>	<u>(487)</u>
No fim do período/exercício	<u>(66.016)</u>	<u>(43.057)</u>	<u>(66.508)</u>	<u>(43.368)</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
No início do exercício	188.665	160.291	190.072	160.291
Contribuição dos patrocinadores	7.313	8.497	7.401	8.602
Contribuição dos empregados	359	559	365	569
Benefícios pagos	(4.844)	(6.475)	(4.844)	(6.475)
Retorno esperado dos ativos do plano	(9.033)	26.578	(9.174)	27.870
Ganhos (perdas) atuariais	<u>-</u>	<u>(785)</u>	<u>-</u>	<u>(785)</u>
No fim do período/exercício	<u>182.460</u>	<u>188.665</u>	<u>183.820</u>	<u>190.072</u>

A movimentação da obrigação atuarial nos períodos apresentados é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
No início do exercício	231.722	159.903	233.440	159.903
Ganhos (perdas) atuariais	1.884	57.873	1.732	59.352
Custo dos serviços correntes	4.580	4.134	4.749	4.283
Custo financeiro	14.775	15.728	14.886	15.808
Contribuições dos empregados	359	559	365	569
Benefícios pagos	(4.844)	(6.475)	(4.844)	(6.475)
No fim do período/exercício	<u>248.476</u>	<u>231.722</u>	<u>250.328</u>	<u>233.440</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Custo dos serviços correntes	-	4.134	169	4.283
Custo financeiro	82	15.728	193	15.808
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(82)	(19.894)	(234)	(19.997)
Contribuições de empregados	-	-	6	-
Total incluído nos custos de pessoal	<u>-</u>	<u>(32)</u>	<u>134</u>	<u>94</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

• **Hipóteses econômicas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Taxa de desconto (*)	8,64	8,64	8,64	8,64
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	8,64	8,64	8,64	8,64
Aumentos salariais futuros	7,63	7,63	7,63	7,63
Inflação	4,50	4,50	4,50	4,50

(*) A taxa de desconto é composto de : inflação 4,50% a.a. mais juros 3,96%a.a para o período findo em 30 de setembro de 2013 (inflação de 4,50%a.a. mais juros de 3,96%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

• **Hipóteses demográficas**

	Percentual a.a.			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade e inválidos	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944	RRB 1944

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A base para constituição dos impostos diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Ativo				
Provisão para assistência técnica	19.174	19.753	21.829	23.877
Provisão para comissões	24.263	26.595	27.839	30.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.004	36.278	37.461
Provisão participação nos resultados	21.115	26.636	24.065	30.973
Provisão para contingências	11.183	6.603	21.682	16.349
Provisão sobre avais com terceiros	66	704	66	704
Provisão para perdas nos estoques	417	417	5.572	5.742
Provisões para serviços de terceiros	18.692	16.583	18.692	16.583
Benefícios a empregados	66.016	43.057	66.508	43.368
Apropriação (ganhos) perdas com derivativos	(5.294)	(3.380)	(5.294)	(3.442)
Ajuste a valor presente	1.520	2.908	1.860	2.908
Outras provisões	(823)	(18.668)	5.121	(13.283)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	32
Base de cálculo	156.329	122.212	224.218	191.694
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.152	41.552	76.234	65.176

(b) Estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
De 13 a 24 meses	53.152	41.552	76.234	65.176
	53.152	41.552	76.234	65.176

(c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Conciliação				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	252.579	256.874	293.395	291.382
Alíquota nominal - %	34	34	34	34
	<u>85.877</u>	<u>87.337</u>	<u>99.754</u>	<u>99.070</u>
Adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(27.451)	(27.448)	(6.460)	(8.851)
Participação dos administradores	(1.961)	(1.949)	(1.961)	(1.949)
Juros sobre capital próprio	(15.975)	(10.535)	(15.975)	(10.535)
Outras adições (exclusões)	<u>(2.719)</u>	<u>(2.375)</u>	<u>1.311</u>	<u>(5.426)</u>
	<u>37.771</u>	<u>49.780</u>	<u>76.669</u>	<u>83.161</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(41.565)	(49.044)	(85.019)	(67.989)
Diferido	<u>3.794</u>	<u>(736)</u>	<u>8.350</u>	<u>(15.172)</u>
	<u>37.771</u>	<u>49.780</u>	<u>76.669</u>	<u>83.161</u>

19 Patrimônio líquido

Conforme ata de reunião do conselho de administração de 05 de agosto de 2013, foi aprovado aumento do capital social da sociedade em R\$ 500.000 mil, mediante a capitalização de reservas existentes em 31 de dezembro de 2012, com bonificação em ações de 100%.

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 869.900.084 (448.450.042 em 31 de dezembro de 2012) ações nominativas, sendo 341.625.744 ordinárias e 555.274.340 preferenciais, sem valor nominal.

Do total do capital subscrito, 295.502.020 (140.901.676 em 31 de dezembro de 2012) ações preferenciais nominativas pertencem a acionistas do exterior.

(b) Reservas

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

A Marcopolo destina 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro remanescente, para o pagamento de dividendo a todas as ações da Marcopolo, a título de dividendo obrigatório. O saldo remanescente do lucro líquido será destinado, em sua totalidade, à formação das seguintes reservas:

- Reserva para futuro aumento de capital para ser utilizada em futuros aumentos de capital, a ser formada por 70% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 60% do capital social.

- Reserva para pagamento de dividendos intermediários para ser utilizada para pagamento de dividendos intermediários previstos no parágrafo 1º do artigo 33 do Estatuto Social, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.
- Reserva para compra das próprias ações a ser utilizada para aquisição de ações de emissão da Marcopolo, para cancelamento, permanência em tesouraria e/ou respectiva alienação, a ser formada por 15% do saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, não podendo exceder a 10% do capital social.

(c) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 1.965.074 ações preferenciais nominativas, adquiridas ao custo médio de R\$ 3,0037 (em reais um) por ação. O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 5.902. As ações serão utilizadas para, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 390/03, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Marcopolo, de acordo com o Plano de Opções de compra de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2005.

20 Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia aprovou na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 21/02/2013, a distribuição de juros a título de remuneração do capital próprio, no valor total bruto de R\$15.662 (R\$15.650 em 30 de setembro de 2012); juros esses a serem imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do presente exercício de 2013, pelo seu valor líquido. Os juros ora aprovados, calculados sobre o patrimônio líquido apurado de acordo com balanço levantado em 31/12/2012, serão pagos aos acionistas à razão de R\$ 0,0175 por ação representativa do capital social da companhia, sendo que, do referido valor, será retido o Imposto de Renda na Fonte, de acordo com a legislação em vigor. Os juros sobre o capital próprio foram creditados na conta individualizada de cada acionista em 24 de setembro de 2013, com base nas posições dos acionistas em 23 de setembro de 2013, e serão pagos a partir do dia 30 de dezembro de 2013.

21 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

As principais coberturas de seguro são:

Natureza do ativo	Valor patrimonial	30/09/13	31/12/12
Estoques e almoxarifados	Incêndio e riscos diversos	330.092	288.907
Prédios e conteúdos	Incêndio e riscos diversos	536.544	419.864
Veículos	Colisão, responsabilidade civil	8.701	6.501
		<u>875.337</u>	<u>715.272</u>

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia tinha contratado, em 30 de setembro de 2013, avais e/ou fianças no montante de R\$ 14.805 (R\$ 11.047 em 31 de dezembro de 2012), concedidos a bancos em operações de financiamento a clientes, que têm como contrapartida a garantia dos respectivos bens financiados.

23 Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido em Instrumento de Acordo do Programa de Metas-Eficácia Marcopolo (EFIMAR), datado em 25 de Março de 2013, homologado no sindicato da categoria.

Os valores estão classificados no resultado do exercício como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Custo dos produtos e serviços vendidos	24.138	23.111	28.930	27.437
Despesas com vendas	3.398	2.966	3.411	2.978
Despesas de administração	3.282	2.677	4.984	3.753
	<u>30.818</u>	<u>28.754</u>	<u>37.325</u>	<u>34.168</u>

24 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Vendas brutas de produtos e serviços	2.508.877	2.182.999	3.352.860	2.956.529
Impostos sobre vendas e devoluções	(500.566)	(460.446)	(615.774)	(556.726)
Receita líquida	<u>2.008.311</u>	<u>1.722.553</u>	<u>2.737.086</u>	<u>2.399.803</u>

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Matérias-primas e materiais de consumo	1.485.035	1.280.111	1.920.555	1.680.622
Remuneração direta	248.428	208.931	380.757	321.014
Remuneração dos administradores	12.732	13.137	12.732	13.137
Participação dos empregados nos lucros e resultados	30.818	28.754	37.325	34.168
Encargos de depreciação e amortização	15.855	16.501	28.336	27.272
Despesas com previdência privada	5.263	7.218	5.337	7.218
Outras despesas	20.850	8.901	67.754	75.234
Custo total das vendas, de distribuição e despesas administrativas	1.818.981	1.563.553	2.452.796	2.158.665

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias recebidas	7.352	11.881	10.190	14.086
Juros sobre derivativos	6.841	11.240	6.879	13.689
Rendas de aplicações financeiras	36.152	47.389	41.582	51.489
Variação cambial	44.033	37.671	49.596	41.049
Variação cambial sobre derivativos	15.546	19.273	15.744	21.182
Ajuste a valor presente de contas a receber	17.467	16.596	22.761	22.187
	127.391	144.050	146.752	163.682
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	35.176	28.843	41.272	34.082
Variação cambial	53.891	34.032	58.884	37.026
Variação cambial sobre derivativos	23.710	38.412	25.247	44.783
Despesas bancárias	2.387	3.185	3.892	3.465
Ajuste a valor presente de fornecedores	16.662	12.538	19.606	15.406
	131.826	117.010	148.901	134.762
Resultado financeiro	(4.435)	27.040	(2.149)	28.920

27 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	214.808	207.094	216.726	208.221
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	894.935	894.304	894.935	894.304
Lucro por ação - operações continuadas	0,2400	0,2316	0,2422	0,2328

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera como efeito de diluição de ações ordinárias e preferenciais, o exercício das opções de compra de ações pelos empregados e administradores. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparado com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Lucro atribuível aos acionistas da Marcopolo				
De operações continuadas	214.808	207.094	216.726	208.221
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	894.935	894.304	894.935	894.304
Ajustes de:				
- Exercício das opções de compra de ações	1.965	2.596	1.965	2.596
Lucro por ação - operações continuadas	0,2395	0,2309	0,2416	0,2322

28 Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado por segmento

O segmento industrial produz carrocerias para ônibus e peças de reposição. O segmento financeiro é responsável pelas operações de financiamento através do Banco Moneo.

Balanços patrimoniais

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	760.630	374.219	739.013	339.838	21.617	34.381
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	11.117	131.840	11.117	131.840	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.949	3.446	5.949	3.446	-	-
Créditos	1.140.354	1.069.324	843.654	809.130	296.700	260.194
Estoques	474.517	364.529	474.517	364.529	-	-
Outras contas a receber	212.768	143.970	163.376	106.208	49.392	37.762
	<u>2.605.335</u>	<u>2.087.328</u>	<u>2.237.626</u>	<u>1.754.991</u>	<u>367.709</u>	<u>332.337</u>
Não circulante						
Créditos	526.177	471.235	-	-	526.177	471.235
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	24.056	22.130	24.056	22.130	-	-
Outras contas a receber	90.981	80.309	85.192	73.871	5.789	6.438
Investimentos	357.464	155.954	357.464	155.954	-	-
Imobilizado	328.698	298.808	328.005	298.411	693	397
Intangível	279.834	213.659	279.224	213.317	610	342
	<u>1.607.210</u>	<u>1.242.095</u>	<u>1.073.941</u>	<u>763.683</u>	<u>533.269</u>	<u>478.412</u>
Total do ativo	<u>4.212.545</u>	<u>3.329.423</u>	<u>3.311.567</u>	<u>2.518.674</u>	<u>900.978</u>	<u>810.749</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	420.926	333.431	420.926	333.431	-	-
Empréstimos e financiamentos	391.386	722.468	174.434	528.134	216.952	194.334
Instrumentos financeiros derivativos	820	247	820	247	-	-
Outras contas a pagar	388.078	317.739	375.251	299.828	12.827	17.911
	<u>1.201.210</u>	<u>1.373.885</u>	<u>971.431</u>	<u>1.161.640</u>	<u>229.779</u>	<u>212.245</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	1.440.437	527.997	964.512	107.487	475.925	420.510
Outras contas a pagar	144.358	115.097	143.866	114.786	492	311
	<u>1.584.795</u>	<u>643.094</u>	<u>1.108.378</u>	<u>222.273</u>	<u>476.417</u>	<u>420.821</u>
Participação de acionistas não controladores	15.856	12.519	15.856	12.519	-	-
Patrimônio líquido	<u>1.410.684</u>	<u>1.299.925</u>	<u>1.215.902</u>	<u>1.122.242</u>	<u>194.782</u>	<u>177.683</u>
Total do passivo	<u>4.212.545</u>	<u>3.329.423</u>	<u>3.311.567</u>	<u>2.518.674</u>	<u>900.978</u>	<u>810.749</u>

Demonstrações de resultado

	<u>Consolidado</u>		<u>Segmento Industrial</u>		<u>Segmento Financeiro</u>	
	<u>30/09/13</u>	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/13</u>	<u>30/09/12</u>
Operações continuadas						
Receita líquida de vendas e serviços	2.737.086	2.399.803	2.697.198	2.352.326	39.888	47.477
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(2.199.080)	(1.918.616)	(2.199.080)	(1.918.616)	-	-
Lucro bruto	538.006	481.187	498.118	433.710	39.888	47.477
Despesas com vendas	(133.450)	(131.213)	(133.434)	(128.291)	(16)	(2.922)
Despesas administrativas	(120.266)	(108.836)	(109.778)	(99.497)	(10.488)	(9.339)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(7.746)	(4.708)	(7.353)	(3.302)	(393)	(1.406)
Participações nos lucros de coligadas	19.000	26.032	19.000	26.032	-	-
Lucro operacional	295.544	262.462	266.553	228.652	28.991	33.810
Resultado financeiro	(2.149)	28.920	(2.149)	28.920	-	-
Receitas financeiras	146.752	163.682	146.752	163.682	-	-
Despesas financeiras	(148.901)	(134.762)	(148.901)	(134.762)	-	-
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	293.395	291.382	264.404	257.572	28.991	33.810
Imposto renda e contribuição social	(76.669)	(83.161)	(64.885)	(69.007)	(11.784)	(14.154)
Lucro líquido do período das operações continuadas	<u>216.726</u>	<u>208.221</u>	<u>199.519</u>	<u>188.565</u>	<u>17.207</u>	<u>19.656</u>

29 Demonstrações dos fluxos de caixa por segmento de negócio - método indireto

	Consolidado		Segmento Industrial		Segmento Financeiro	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Resultado do período	216.726	208.221	199.519	188.565	17.207	19.656
Ajustes conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	28.336	27.272	28.123	27.114	213	158
Custo na venda de ativos permanentes	5.092	154	5.092	154	-	-
Equivalência patrimonial	(19.000)	(26.032)	(19.000)	(26.032)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.348	6.017	2.318	5.432	(970)	(585)
Imposto de renda e CS corrente e diferido	76.669	83.161	64.885	69.007	11.784	14.154
Juros e variações apropriados	60.630	35.087	42.564	9.611	18.066	25.476
Participações dos não controladores	1.918	963	1.918	963	-	-
Variação nos ativos e passivos						
(Aumento)redução contas a receber de clientes	(127.131)	(94.022)	(36.653)	(91.457)	(90.478)	(2.565)
(Aumento)redução nos estoques	(108.896)	(75.095)	(108.896)	(75.095)	-	-
(Aumento)redução outras contas a receber	(78.767)	(110.887)	(67.786)	(89.844)	(10.981)	(21.043)
(Aumento)redução títulos e valores mobiliários	116.294	(16.355)	116.294	(16.355)	-	-
Aumento (redução) fornecedores	86.537	(48.348)	86.537	(48.348)	-	-
Aumento (redução) contas a pagar	96.969	91.434	96.262	103.737	707	(12.303)
Caixa gerado nas atividades operacionais	356.725	178.266	411.177	155.318	(54.452)	22.948
Imposto de renda pagos	(85.019)	(67.989)	(73.955)	(56.759)	(11.064)	(11.230)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	271.706	110.277	337.222	98.559	(65.516)	11.718
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos	(172.025)	-	(172.025)	-	-	-
Dividendos de subsidiárias	15.073	17.607	15.073	17.607	-	-
Compras do permanente	(127.808)	(193.524)	(127.031)	(193.312)	(777)	(212)
Recebimento na venda de investimentos, imobilizado e intangível	480	1.028	480	1.028	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(284.280)	(174.889)	(283.503)	(174.677)	(777)	(212)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Ganho na alienação de ações em tesouraria	3.488	5.266	3.488	5.266	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(128.534)	(153.167)	(122.096)	(147.167)	(6.438)	(6.000)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.255.262	267.902	1.020.710	111.448	234.552	156.454
Pagamento de empréstimos e juros	(733.847)	(582.604)	(559.262)	(414.057)	(174.585)	(168.547)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	396.369	(462.603)	342.840	(444.510)	53.529	(18.093)
Variação cambial s/caixa e equivalentes de caixa	2.616	1.246	2.616	1.246	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	386.411	(525.969)	399.175	(519.382)	(12.764)	(6.587)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	374.219	887.497	339.838	833.436	34.381	54.061
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	760.630	361.528	739.013	314.054	21.617	47.474

30 Demonstrações financeiras consolidadas e por segmento

Considerando a entrada em vigor do IFRS10/CPC 36 (R3) e IFRS 11/CPC 19 (R2), a companhia está demonstrando os efeitos com e sem a adoção desses novos *Standards* sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2013.

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	30/09/2013		30/09/2013		30/09/2013	
	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	760.630	770.182	739.013	748.565	21.617	21.617
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	11.117	11.117	11.117	11.117	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.949	5.949	5.949	5.949	-	-
Créditos	1.140.354	1.239.400	843.654	942.700	296.700	296.700
Estoques	474.517	531.916	474.517	531.916	-	-
Outras contas a receber	212.768	257.665	163.376	208.273	49.392	49.392
	<u>2.605.335</u>	<u>2.816.229</u>	<u>2.237.626</u>	<u>2.448.520</u>	<u>367.709</u>	<u>367.709</u>
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Créditos	526.177	526.889	-	712	526.177	526.177
Outras contas a receber	115.037	103.358	109.248	97.569	5.789	5.789
Investimentos	357.464	228.840	357.464	228.840	-	-
Imobilizado	328.698	500.057	328.005	499.364	693	693
Ágio e intangível	279.834	291.330	279.224	290.720	610	610
	<u>1.607.210</u>	<u>1.650.474</u>	<u>1.073.941</u>	<u>1.117.205</u>	<u>533.269</u>	<u>533.269</u>
Total do ativo	<u>4.212.545</u>	<u>4.466.703</u>	<u>3.311.567</u>	<u>3.565.725</u>	<u>900.978</u>	<u>900.978</u>
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	420.926	469.359	420.926	469.359	-	-
Empréstimos e financiamentos	391.386	439.371	174.434	222.419	216.952	216.952
Instrumentos financeiros derivativos	820	820	820	820	-	-
Outras contas a pagar	388.078	452.816	375.251	439.989	12.827	12.827
	<u>1.201.210</u>	<u>1.362.366</u>	<u>971.431</u>	<u>1.132.587</u>	<u>229.779</u>	<u>229.779</u>
Não circulante						
Instituições financeiras	1.440.437	1.521.269	964.512	1.045.344	475.925	475.925
Outras contas a pagar	144.358	156.528	143.866	156.036	492	492
	<u>1.584.795</u>	<u>1.677.797</u>	<u>1.108.378</u>	<u>1.201.380</u>	<u>476.417</u>	<u>476.417</u>
Participação de acionistas não controladores	<u>15.856</u>	<u>15.856</u>	<u>15.856</u>	<u>15.856</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	<u>1.410.684</u>	<u>1.410.684</u>	<u>1.215.902</u>	<u>1.215.902</u>	<u>194.782</u>	<u>194.782</u>
Total do passivo	<u>4.212.545</u>	<u>4.466.703</u>	<u>3.311.567</u>	<u>3.565.725</u>	<u>900.978</u>	<u>900.978</u>

Demonstrações de resultado

	Consolidado		Industrial		Financeiro	
	30/09/2013		30/09/2013		30/09/2013	
	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11	Com adoção das IFRS 10 e 11	Sem adoção das IFRS 10 e 11
Demonstrativo de resultado						
Receita líquida	2.737.086	3.134.806	2.697.198	3.094.918	39.888	39.888
Custo dos produtos vendidos	(2.199.080)	(2.530.651)	(2.199.080)	(2.530.651)	-	-
Lucro bruto	538.006	604.155	498.118	564.267	39.888	39.888
Despesas (receitas) operacionais						
Com vendas	(133.450)	(153.056)	(133.434)	(153.040)	(16)	(16)
Despesas de administração	(120.266)	(139.417)	(109.778)	(128.929)	(10.488)	(10.488)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(7.746)	(6.778)	(7.353)	(6.385)	(393)	(393)
Resultado da equivalência patrimonial	19.000	8.554	19.000	8.554	-	-
Lucro operacional antes das participações societária e do resultado financeiro	295.544	313.458	266.553	284.467	28.991	28.991
Resultado financeiro					-	-
Receitas financeiras	146.752	152.416	146.752	152.416	-	-
Despesas financeiras	(148.901)	(164.939)	(148.901)	(164.939)	-	-
Lucro antes do IR e CS	293.395	300.935	264.404	271.944	28.991	28.991
Imposto renda e contribuição social	(76.669)	(84.209)	(64.885)	(72.425)	(11.784)	(11.784)
Lucro líquido do exercício	<u>216.726</u>	<u>216.726</u>	<u>199.519</u>	<u>199.519</u>	<u>17.207</u>	<u>17.207</u>

31 Informação adicional

O segmento de negócio industrial opera em regiões geográficas especificadas abaixo. O segmento de negócio financeiro opera exclusivamente no Brasil.

	Consolidado	
	30/09/13	30/09/12
Receita líquida por região geográfica		
Brasil	2.339.528	2.041.880
África	47.706	51.233
Austrália	213.016	199.027
China	32.401	19.942
Rússia	772	458
México	103.663	87.263
	<u>2.737.086</u>	<u>2.399.803</u>

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Ativos imobilizado, ágio e intangível por região geográfica		
Brasil	357.100	321.678
África	12.447	14.493
Austrália	151.756	159.331
China	4.006	3.631
Ilhas Virgens	2	3
México	83.168	13.242
Portugal	8	8
Rússia	5	45
Uruguai	40	36
	<u>608.532</u>	<u>512.467</u>

32 Eventos subsequentes:

(a) Juros sobre o capital próprio – 4ª Etapa 2013

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2013, às 11:00 horas foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio – 4ª etapa 2013, a razão de R\$ 0,0175 por ação representativa do capital social da companhia, juros esses a serem imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2013. Os valores dos juros ora aprovados serão creditados na conta individualizada de cada acionista no dia 24 de dezembro de 2013, com base nas posições dos acionistas em 23 de dezembro de 2013, e serão pagos a partir do dia 31 de março de 2014.

(b) Instrução Normativa nº 1.397 da Receita Federal do Brasil

Em 16 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa nº 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Em 3 de outubro de 2013, representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após reunião de discussão sobre a referida Instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributada e a revisão da Instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto.

* * *